



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

PARECER Nº 03/2023

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS

Ementa: Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, referente ao Processo de Prestação Anual de Contas do Exercício Financeiro de 2021 - Processo TCM nº 11890e22- Gestor Responsável: Pedro Dias da Silva - Prefeitura Municipal de Caculé / BA.

Encaminhado pela Presidência desta Casa Legislativa a esta **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS** o Processo de Prestação Anual de Contas, Processo TCM nº 11890e22 - Exercício Financeiro de 2021, da Prefeitura Municipal de Caculé / BA, sob a responsabilidade do Gestor, Pedro Dias da Silva, a fim de exararmos o parecer, nos termos da competência disposta pelos artigos 34, inciso II, 142 a 145 do Regimento Interno e ainda artigo 61 da Lei Orgânica, temos a manifestar:

RELATÓRIO

Trata-se de Processo de Prestação Anual das Contas, Processo TCM nº 11890e22, do Exercício Financeiro de 2021, da Prefeitura Municipal de Caculé / Bahia, sob a responsabilidade do Gestor Pedro Dias da Silva.

NO MÉRITO:

Para o devido conhecimento, tendo em vista o julgamento das contas do Município de Caculé, referente ao exercício de 2021, chama-se atenção de que as contas de responsabilidade do prefeito, Sr. Pedro Dias da Silva, foram julgadas como **aprovas**, porque regulares, porém com ressalvas.

Preliminarmente vale ressaltar que esta prestação de contas corresponde ao primeiro ano do mandato (2021-2024), cumprindo-nos atentar para as normas especiais relativas à pandemia de Covid-19, a exemplo da Lei Complementar nº 173/2020, que promoveu mudanças na reestruturação dos entes públicos, permitindo o reforço de receitas, o auxílio financeiro e a economia de despesas, e da Lei Complementar nº 178/2021, que possibilitou maior flexibilização fiscal, incluindo o limite de despesa total com pessoal, até o dia 31 de dezembro de 2021.

Em que pese algumas falhas apontadas na prestação de contas, o gestor justificou-as e apresentou defesa técnica, sendo os autos encaminhados ao Ministério Público Especial de Contas, que se posicionou, via manifestação MPEC/TCM, e emitiu optativo nº 1675/2022, no sentido de que as contas poderiam ser aprovadas, com ressalvas e aplicação de pena pecuniária, em virtude das faltas apontadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ

CNPJ: 05.269.101/0001-86

No que se refere ao QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas e nas Alterações Orçamentárias, o gestor cumpriu com as disposições do art. 167, inciso V, e §3º da Constituição Federal, bem como das disposições pertinentes da Lei nº 4.320/64.

As demonstrações contábeis cumpriram com as exigências contidas na Resolução CFC nº 1.637/2021.

Quanto a Disponibilidade Financeira x Obrigações a Pagar, restou evidenciada a existência de saldo suficiente para cobrir as despesas compromissadas a pagar no exercício financeiro em exame, em benefício do equilíbrio fiscal.

Em relação a aplicação de recursos do FUNDEB em percentual mínimo de 70% com a remuneração dos profissionais de educação básica, verificou-se que o gestor aplicou o percentual de **74,02%** (setenta e quatro vírgula zero dois por cento), sendo, portanto, superior ao limite mínimo, cumprindo desta forma com a normal legal contida no artigo 212-A, inciso XI da Constituição Federal.

Foi ainda advertido que, com os recursos do FUNDEB devem ser investidos, também, no treinamento dos professores, modernização e manutenção das instalações escolares, aquisição de equipamentos para o ensino de informática e estrutura para a prática de esportes, entre outras ações.

No que concerne a aplicação em ações e serviços públicos de saúde, a Prefeitura **cumpriu a norma** constitucional, na medida em que aplicou, em 2021, o montante de R\$ 9.010.665,42 (nove milhões, dez mil seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), correspondente ao percentual de 23,34% (vinte e três vírgula trinta e quatro por cento) dos recursos pertinentes – R\$ 38.604.890,20 (trinta e oito milhões, seiscentos e quatro mil oitocentos e noventa reais e vinte centavos) – nas ações e serviços referenciados.

Cumpriu com o artigo 29-A da CF/88 no que refere às transferências de recursos para o Poder Legislativo.

Respeitou o índice de gastos com pessoal.

DA CONCLUSÃO DO TCM:

“Vistos, relatados e discutidos estes autos, respeitados que foram os direitos constitucionais ao contraditório e a ampla defesa, em todas as fases processuais, os Exmos. Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, em sua composição plenária, ante as razões anteriormente expostas, opinam, à unanimidade, com supedâneo no disposto no inciso II do artigo 40, combinado com o artigo 42, ambos da Lei Complementar Estadual nº 006/91 e art. 240, II, do Regimento Interno desta Corte, opina-se pela aprovação, porque regulares, porém com ressalvas, das contas prestadas pelo Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ
CNPJ: 05.269.101/0001-86

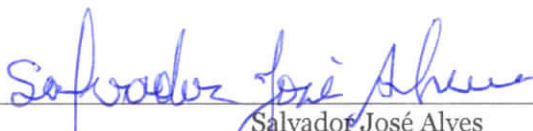
PEDRO DIAS DA SILVA, Prefeito de CACULÉ, constantes do processo TCM nº 11890e22, relativas ao exercício financeiro de 2021”.

VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO:

Diante do exposto e tudo o mais que consta, nos termos do art. 40, inciso II, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 06/91, seguimos o PARECER PRÉVIO PCO 11890e22 APR do TCM, e no mérito, votamos pela **APROVAÇÃO**, com ressalvas a Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ / BAHIA, conforme o Processo TCM nº 11890e22, do Exercício Financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Gestor Pedro Dias da Silva.

É o parecer,
S.m.j. (Salvo, melhor juízo).

Caculé, 21 de junho de 2023.



Salvador José Alves
Presidente



Ailton Lopes Coutinho
Relator



George Pereira Malheiros Tolentino
Membro